

Termo de Contrato celebrado entre a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAUDE, como CONTRATANTE, e a **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, como CONTRATADA, para aquisição em caráter emergencial de tiras de glicemia com cessão de uso de glicosímetro, na forma abaixo.

Aos dias 02 do mês de Maio do ano de 2022, na Rua Voluntários da Pátria – nº 169 - 3º andar – Botafogo – Rio de Janeiro, a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAUDE, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo Diretor Presidente **ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 31454668-0 - SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.749.716-16 e a empresa **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, com sede na Rua Alzira Fernandes de Souza nº 76, Sion – Conselheiro Lafaiete/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.889.013/0001-14, neste ato representada por **Aldo Carlos Henriques Baêta**, portador da carteira de identidade nº M-9.208.004, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 028.879.236-09, doravante denominada CONTRATADA; tem justo e acordado o presente contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 29, INCISO XV, DA LEI FEDERAL Nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto Rio nº 44.698/2018, autorizado por despacho do Senhor Diretor de Operações em 07 de abril de 2022, exarado no Processo Administrativo RSU-PRO-2022/00125, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente contrato, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 13.303, de 2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 44.698, de 2018, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1, de 13.09.90, e pelo Regulamento Geral do Código supracitado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.81, e suas alterações, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações pela Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pelo Decreto Municipal nº 10.514 de 08.10.1991 e suas alterações (que Regulamenta as disposições legais relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), pelo Decreto nº 21.083, de 20.02.2002, pelo Decreto nº 41.083 de 09.12.2015 (que institui cláusulas as minutas padrão), pelos Decretos Municipais nº 17.907/99, 21.083/02, 21.253/02, 22.136/02, 25.240/05, 31.349/09, 40.286/15, 43.562/17, 43.612/17, e posteriores alterações, bem como pelos preceitos de direito público e pelas regras constantes do Termo de Referência, pela Proposta da **CONTRATADA** e pelas disposições deste Contrato. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente contrato refere-se aquisição em caráter emergencial de tiras de glicemia com cessão de uso de glicosímetro, destinados a atender ao HMRF, CTI Pediátrico, CER Barra, CER Leblon, UPA Senador Camará, UPA CDD, UPA Rocha Miranda, UPA Costa Barros, UPA Vila Kennedy, UPA Madureira, UPA Paciência, UPA Sepetiba, UPA João XXIII, UPA Magalhães Bastos, UPA Eng. De Dentro e UPA Del Castilho, unidades geridas pela RIOSAUDE de acordo com as características e especificações, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência, na forma abaixo descrita:

ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:028879236
09



Assinado de forma digital
por ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.05.02 16:58:45
-03'00"

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	U/C	QUANT.	EMPRESA OFERTANTE DO MENOR PREÇO	MENOR VALOR OFERTADO
1	65058200201	TIRAS PARA DETERMINAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE UNICO PARAMETRO COM CAPACIDADE PARA DETECTAR NO MINIMO CONCENTRAÇÃO NA FAIXA MINIMA DE 20 A 500MG/DL, PARA LEITURA EM APARELHO, FRASCO COM TAMPA LACRADA	UND	378850	DISTRILAF	R\$ 0,41

Parágrafo Primeiro – O objeto do contrato será entregue/instalado nas dependências das Unidades de Saúde administradas pela RIOSAÚDE, com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais contidos no processo administrativo RSU-PRO-2022/00125, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATANTE não se obriga à aquisição integral do quantitativo previsto neste contrato, vez que meramente estimativo para o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, de acordo com a necessidade das unidades de saúde indicadas no Termo de Referência, cabendo a rescisão antecipada em razão do interesse público, nos termos do parágrafo único da Cláusula Oitava deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ 155.328,50 (cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observadas as condições de recebimento previstas no Termo de Referência e neste Contrato.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE, esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE.

Parágrafo Terceiro – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE.

Parágrafo Quarto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Quinto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, pro rata die entre 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de na Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal, conforme Resolução da SMFP nº 3.256 de 31 de agosto de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Não será admitido reajuste de acordo com os artigos 1º e 2º do Decreto Municipal nº 43.612/17.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da entrega dos bens caberá a comissão designada por ato da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A – RIOSAÚDE. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

Parágrafo Quarto – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

O prazo de execução dos serviços será de até 180 (cento e oitenta) dias contado desta.

Parágrafo Único – O Contrato poderá ser rescindido, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo pela RioSaúde, de acordo com o interesse público, não sendo obrigatório o cumprimento do prazo estabelecido.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:028879236
09

Assinado de forma digital
por ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.05.02 16:59:14
-03'00'

- I – entregar os bens, ceder gratuitamente, em regime de comodato, o glicosímetro e prestar os serviços de assistência técnica e de assessoria científica de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da entrega dos bens, da cessão, em regime de comodato, e da execução dos serviços de assistência técnica e de assessoria científica;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V – substituir, por sua conta e responsabilidade, os itens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa entrega dos bens:
- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas contra a CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão da RioSaúde como responsável subsidiária ou solidária, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na cotação de preços durante todo prazo de execução contratual;
- VIII – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;
- IX – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07, no que couber.
- X – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Comissão de Fiscalização, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o (a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

A aceitação do objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de Comissão de Aceitação designada pelo(a) Secretário(a) ou Presidente da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAUDE e constituída na forma do art. 501, do RGCAF, que constatará se os bens fornecidos atendem a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os bens cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Termo de Referência deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro

próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORÇA MAIOR

Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no artigo 589 do RGCAF e no artigo 94 do Decreto Municipal nº. 44.698/2018:

- (a) Advertência;
 - (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
 - (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da CONTRATADA;
 - (d) Suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com esta Empresa Pública;
- Parágrafo Primeiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato, observado a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas na alínea “d” do caput desta Cláusula poderão também ser aplicadas à CONTRATADA ou aos profissionais que tenham:

- (a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b) praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c) demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a RioSaúde, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo Sexto – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a

recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Sétimo – Se a CONTRATANTE verificar que o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

Parágrafo Oitavo – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput desta Cláusula é da competência da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAUDE e a da alínea “e” é da competência exclusiva do Presidente da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A –RIOSAUDE.

Parágrafo Décimo – Do ato que aplicar as penas previstas nas alíneas “d” do caput desta Cláusula, a autoridade competente dará conhecimento aos demais órgãos interessados, na página oficial da RioSaúde na *internet*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo, salvo se Concedido excepcionalmente pela autoridade competente, recurso a ser interposto perante a autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da aplicação das penalidades contidas nas alíneas “b” e “c” da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

Além das hipóteses previstas no art. 529 do RGCAF, a CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, mediante decisão fundamentada, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa, na forma do artigo 5º, LV do Constituição Federal de 1988, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do cumprimento, levando a RioSaúde a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo fiscal do contrato;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- XIV – descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- XV- caso a Unidade de Saúde objeto do presente contrato deixe de ser gerida pela RioSaúde.

Parágrafo Primeiro – A rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Segundo – Rescindido o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de rescisão, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do fornecimento não realizado, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Quarta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de rescisão sem culpa da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá promover:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao saldo das faturas relativas ao fornecimento efetivamente realizado e aceito até a data da rescisão, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de rescisão amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim, e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAUDE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho **18.51.10.302.0306.4011**, Código de Despesa **3.3.90.30.05**, tendo sido empenhada por meio da Nota de Empenho nº **2020/001316** a importância de **R\$ 19.270,00** para **Costa Barros, Madureira e Rocha Miranda**, Nota de Empenho nº **2020/001317** a importância de **R\$ 15.539,00** para **Sepetiba, João XXIII e Paciência**, Nota de Empenho nº **2020/001318** a importância de **R\$ 12.833,00** para **Engenho de Dentro e Del Castilho**, Nota de Empenho nº **2020/001319** a importância de **R\$ 24.600,00** para **CER Leblon**, Nota de Empenho nº **2020/001320** a importância de **R\$ 12.300,00** para **CER Barra**, Nota de Empenho nº **2020/001321** a importância de **R\$ 5.596,50** para **UPA CDD**, Nota de Empenho nº **2020/001322** a importância de **R\$ 3.341,50** para **CTI Pediátrico**, Nota de Empenho nº **2020/001323** a importância de **R\$ 48.093,00** para **HMRF**, Nota de Empenho nº **2020/001324** a importância de **R\$ 3.341,50** para **Magalhães Bastos, Senador Camará e Vila Kennedy**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE fornecerá o texto referente ao extrato deste instrumento e a CONTRATADA o publicará no Diário Oficial do Município, às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 441 do RGCAF.

Parágrafo Único – A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante da publicação de que trata o CAPUT dentro do prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de aplicação de multa, ou de rescisão do contrato, sem direito à indenização, na forma do §4º do artigo 441 do RGCAF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

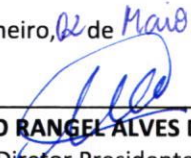
CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao seu órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas na cotação de preços por meio da qual foi viabilizada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.
- b) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da qualidade dos bens objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAUDE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 02 de Maio de 2022.



ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA
Diretor Presidente

RioSaúde

ALDO CARLOS HENRIQUES Assinado de forma digital por ALDO CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609 BAETA:02887923609
Dados: 2022.05.02 17:00:19 -03'00'

Aldo Carlos Henriques Baêta
Representante Legal

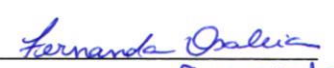
DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 

Nome: Rachel Guimarães
Matrícula: 13475.193-7

CPF: 086.813.517.96

2) 

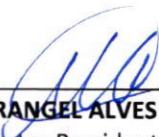
Nome: Fernanda Osalua
CPF: 343.334.154.34

ANEXO I-A

Em cumprimento ao disposto no Decreto RIO Nº 43562 de 15/08/2017

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, 02 de Maio de 2022.



ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA
Diretor Presidente

RioSaúde
Assinado de forma digital por ALDO
ALDO CARLOS HENRIQUES CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609 BAETA:02887923609
Dados: 2022.05.02 17:00:37 -03'00'

Aldo Carlos Henriques Baêta
Representante Legal
DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ANEXO I-B

Em cumprimento ao disposto no Decreto RIO Nº 43562 de 15/08/2017

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo - As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, 02 de Maio de 2022.



ROBERTO RANGEL ALVES DA SILVA

Diretor Presidente

RioSaúde

ALDO CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609

Assinado de forma digital por ALDO
CARLOS HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.05.02 17:00:53 -03'00'

Aldo Carlos Henriques Baêta

Representante Legal

DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

ANEXO I-C

HMRF				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	117.300	19.550	R\$ 48.093,00	R\$ 8.015,50

CTI PED SOUZA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	8.150	1.358	R\$ 3.341,50	R\$ 556,92

CER BARRA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	30.000	5.000	R\$ 12.300,00	R\$ 2.050,00

CER LEBLON				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	60.000	10.000	R\$ 24.600,00	R\$ 4.100,00

UPA SENADOR CAMARA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	14.900	2.483	R\$ 6.109,00	R\$ 1.018,17

UPA CIDADE DE DEUS				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	13.650	2.275	R\$ 5.596,50	R\$ 932,75

UPA ROCHA MIRANDA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	21.300	3.550	R\$ 8.733,00	R\$ 1.455,50

UPA COSTA BARROS				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	10.000	1.667	R\$ 4.100,00	R\$ 683,33

UPA VILA KENNEDY				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	8.150	1.358	R\$ 3.341,50	R\$ 556,92

UPA MADUREIRA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	15.700	2.617	R\$ 6.437,00	R\$ 1.072,83

UPA PACIENCIA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	9.900	1.650	R\$ 4.059,00	R\$ 676,50

UPA SEPETIBA				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	14.200	2.367	R\$ 5.822,00	R\$ 970,33

UPA JOÃO XXIII				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	13.800	2.300	R\$ 5.658,00	R\$ 943,00

UPA MAGALHÃES BASTOS				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	10.500	1.750	R\$ 4.305,00	R\$ 717,50

UPA ENGENHO DE DENTRO				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	10.000	1.667	R\$ 4.100,00	R\$ 683,33

UPA DEL CASTILHO				
ITEM	QUANT. TOTAL	QUANT. MENSAL	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
1	21.300	3.550	R\$ 8.733,00	R\$ 1.455,50



ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:028879236
09

Assinado de forma digital
por ALDO CARLOS
HENRIQUES
BAETA:02887923609
Dados: 2022.05.02 17:01:05
-03'00'